

Apresentação

Vicinalidades e Casas Partíveis

João de Pina-Cabral

Universidade de Kent

Emília Pietrafesa de Godoi

Universidade Estadual de Campinas

Este dossiê corresponde a mais um passo de um diálogo antropológico internacional já longo que se tem revelado muito profícuo e do qual a presente recolha é mais uma atualização¹. Nossa interlocução foi construída desde o início a partir da proposição de uma mesma questão a diferentes campos de pesquisa em distintos contextos etnográficos, nacionais e internacionais, rurais, urbanos e indígenas.

Assim, o que apresentamos neste dossiê resulta do desafio que colocamos a vários pesquisadores que vêm trabalhando sobre formas de constituição de espaços de vida em distintos contextos e as relações que isso implica em termos de mobilidade e de circulação de pessoas e coisas². Nossa proposta tinha implícita a ideia de que a intersubjetividade é constitutiva das pessoas e ocorre em contextos de coabitação, em que a mutualidade estabelece laços de obrigação que se estendem temporalmente em contextos de crescente abrangência. Os artigos que resulta-

ram desta proposta evidenciaram de distintas maneiras a potencialidade heurística de duas noções, a saber, vicinalidade e casas partíveis; noções estas que passamos a comentar.

Vicinalidade, por oposição a vizinhança, descreve uma proximidade aberta entre espaços de morada. Vicinalidades não são vizinhanças, zonas territorialmente demarcadas; são processos de aproximação territorial constitutiva. Por sua vez, o conceito de “casas partíveis”, como explicaremos adiante, remete ao de pessoas partíveis que, originando nos trabalhos de McKim Marriott (1976) e Marilyn Strathern (1988), tem assumido reconhecida importância na forma como a teoria antropológica recente tem vindo a repensar o parentesco e a família (vide Bestard Camps, 2014).

O termo “vicinalidade” (*vicinage*) originou-se na África Austral dos finais dos anos 1960, numa altura em que a teoria clássica do parentesco tinha entrado em colapso analítico. Vivia-se nesses anos um momento antiestrutural no qual emergiam preocupações com os aspectos negociados e circunstanciais da vida social; os conceitos de rede, negociação, e transação dominavam a cena acadêmica.

Nessa época, ao mesmo tempo em que se preocupavam em ultrapassar o enfoque estrutural-funcionalista sobre linhagens ou classes de idade, os etnógrafos sul-africanos queriam evitar o erro etnocêntrico de assumir como pano de fundo o *default* da ideologia da modernidade: quer dizer, o sedentarismo constitutivo da sociedade europeia ocidental pós-medieval. De fato, na *longue durée* da África do Sudeste, os espaços de morada não se constituíam enquanto “casas” (*households*) organizadas em aldeias espacialmente demarcadas, mas sim enquanto *kraals* (domicílios plurifamiliares, *homesteads*), num nexos político de feição linhageira.

Como categoria analítica, portanto, o conceito de “vicinalidade” assume que os espaços de morada (casas, domicílios, tendas, etc.) tendem a se agregar territorialmente segundo lógicas plurais (p.ex., amizade, homonímia, interesse político, geração, afinidade, matrilateralidade, etc.), forman-

do assim conglomerados abertos com importantes implicações para a ação social, que coexistem e interagem com outras formas mais instituídas de agrupamento (tais como aldeias, linhagens, partidos, etnicidade, classes etárias, etc.) sem nelas se dissolverem. Cada uma das entidades familiares que forma uma vicinalidade reproduz-se em rede a partir das participações constitutivas entre as pessoas que nelas habitam (no Brasil do Nordeste dir-se-ia que estas casas são “puxadas” umas das outras).

Como resultado desse processo cuja fonte está inscrita na própria ontogênese das pessoas que habitam essas casas (vide Toren, 1990), formam-se conglomerados abertos de entidades de morada entre as quais as pessoas circulam. Ao mesmo tempo em que urge evitar assumir que a casa pós-medieval europeia é uma norma universal³, há que evitar que, em contextos onde ela é de fato a unidade social primária (vide Pina-Cabral, 1991), a “casa” seja concebida como fechada sobre si mesma, como individual.

Seguindo essa perspectiva, queremos, por um lado, evitar a lógica sociocêntrica que atribui às coletividades as características das pessoas, afastando-nos das metáforas coletivistas do gênero “pensamento coletivo”, “representação coletiva”, “memória coletiva”, etc. Esse conjunto de metáforas representacionistas foi levado longe demais, com efeitos profundamente nocivos para a teoria antropológica. Por outro lado, porém, queremos enfatizar que, tal como as pessoas são constituídas a partir de outras pessoas, também as casas são constituídas por meio de relações e, portanto, tal como as pessoas, são partíveis (vide Strathern, 1988: 11-14; Pina-Cabral, 2013) no sentido que são propensas a continuidades com outras entidades semelhantes.

No interior de cada uma destas vicinalidades, as casas são constitutivamente dependentes das relações entre si, ou seja, essas relações são o que lhes dá existência⁴. Tradicionalmente, a antropologia tem chamado isto de “entrajuda” ou “ajuda mútua”. No entanto, o que está em causa

quando uma criança sabe que pode comer ou dormir na casa da mãe, da tia, da avó ou da cunhada; ou quando um homem que necessita de um martelo simplesmente entra na casa do irmão e leva com ele o martelo; ou quando uma jovem mãe deixa o filhinho na casa de sua mãe ou da irmã e vai mundo afora tentar fazer-se à vida, é muito mais que simples ajuda, é “participação” interpessoal – algo que nunca mais vai sair dessas pessoas, lhes é constitutivo enquanto pessoas.

De fato, o conceito lévy-bruhliano tardio de “participação” (Lévy-Bruhl, 1949) é da maior utilidade neste contexto. Para o filósofo francês, a noção de que as pessoas participavam umas das outras num processo de partibilidade constitutiva era o que explicava o pensamento mágico e estava na raiz dos próprios fenômenos identitários da vida pessoal e familiar. A nova forma mutualista de ver o parentesco como “companhia” (vide Sahlins, 2011; Pina-Cabral, 2013) ajuda-nos a ultrapassar a “herança de Maine”, isto é, a propensão para separar parentesco de residência como princípios constitutivos da vivência social (Pina-Cabral, 1989). Assim, parentesco e família voltam a ser integrados, pois não são “códigos culturais”, mas sim processos de constituição de pessoas que, por sua vez, são constituintes de entidades sociais de todo o tipo.

Chegados a este ponto, torna-se muito importante atentar a uma outra característica emergente do pensamento teórico recente: a disposição para ver a cognição como um processo incorporado (*embodied cognition*). Esta disposição leva-nos a ver os espaços de morada como existindo em continuidade formativa com as próprias pessoas. Trata-se, afinal, do que Tim Ingold (1995) chama “a perspectiva da morada” – termo que, na antropologia brasileira, tem uma já longa e digna história.

As proximidades espaciais que o conceito de vicinalidade convoca devem ser vistas como formas de prolongar a morada, de criar locais de vida e identidade. Por exemplo, o fato de, nas grandes cidades portuguesas ou brasileiras, jovens casais procurarem morada mais frequentemente

na proximidade da casa da mãe da mulher que da mãe do marido não pode ser visto simplesmente como uma conveniência de procura de ajuda, nem como o resultado de qualquer uxorilateralidade normativa – já que não existem “normas” nesse sentido. Mas é um processo que reflete “participações” preferenciais e que inscreve as vicinalidades resultantes nas identidades pessoais de quem cresce no interior delas. Assim, também nas cidades portuguesas e brasileiras, os membros de famílias com condição de classe semelhante se encontram mais próximos espacialmente que os de condição de classe distinta, o que indica que o processo de constituição de classes passa pelo próprio processo de constituição das pessoas através de lógicas de *embodiment* atualizadas em casas, mobílias, hábitos, conhecimentos, etc. (Pina-Cabral e Silva, 2013; Duarte e Gomes, 2008).

Finalmente, a lógica da unitarismo da casa ou da “família nuclear” é central à forma como a sociedade europeia evoluiu no período pós-medieval. Na verdade, tal como já tantos antropólogos e historiadores enfatizaram (vide Goody, 1983), a emergência do Estado moderno exigiu que se criasse uma cesura conceitual e institucional entre as lógicas de identificação familiar e as lógicas de identificação política. A própria noção de “corrupção” assenta-se sobre a necessidade de policiamento dessa cesura. Quando o princípio da descendência (no sentido fortesiano de *descent*) foi abandonado na Alta Idade Média, a unidade elementar do sistema político (estatal e religioso) deixou de ser de ordem familiar e passou a ser territorialmente definida: paróquia, freguesia, aldeia, vila, em outras palavras, aglomerados de casas territorialmente definidos.

Na Península Ibérica, assim como no Brasil colonial, a participação nas instituições públicas separava o fato de se ser filho de alguém (fidalgo) do fato de se ser filho de uma igreja (*fili ecclesiae*, freguês). O Estado liberal veio a enfatizar ainda mais esse processo. Não é este o momento de entrar na profunda complexidade dessa evolução. Para os efeitos da

presente apresentação, basta notar que esse processo histórico retira legitimidade aos modos de identificação familiar supradoméstica, ao mesmo tempo que os silencia. Assim, o conceito de vicinalidade assume-se como um instrumento para pensar para além da lógica sedentarista que a antropologia dos passados dois séculos naturalizou e universalizou e que, nos anos 1970, com o alargamento do nosso conhecimento etnográfico, se revelou um real impedimento ao prosseguimento da antropologia do parentesco tal como ela tinha sido concebida nos finais do século XIX (Needham, 1971).

Partindo destas reflexões, abrimos o dossiê com o ensaio de João de Pina-Cabral, “Agnatas, vizinhos e amigos: variantes da vicinalidade em África, Europa e América”. O ensaio aborda comparativamente três contextos sociais e descreve três tipos de vicinalidade, mostrando que eles remetem a “lógicas muito diferentes tanto de agregação familiar como de narrativização dos laços de parentesco”. O autor mostra que (a) descendência agnática na África Austral, particularmente entre os Chope de Moçambique; (b) pertença a comunidades territorialmente determinadas no Noroeste Peninsular, particularmente na cidade do Porto, em Portugal; e (c) amizade interpessoal no Sul da Bahia, no Brasil, formam os quadros narrativos locais da experiência familiar e compõem os “princípios constitutivos tanto da ontogênese pessoal como do sistema político”. Em todos os três casos analisados, o que se encontra não são “zonas territoriais exclusivamente ocupadas por um grupo de parentes”, o que corresponderia a uma vizinhança, mas “zonas do tecido habitacional onde surge uma maior densidade de casas aparentadas”, com fronteiras indeterminadas e móveis. Pina-Cabral evidencia como o conceito de vicinalidade é o que vai permitir trabalhar a relação entre teoria antropológica e achados etnográficos.

Na sequência, continuando na Bahia, mas desta vez no subúrbio ferroviário de Salvador, temos o artigo de Raúl Márquez, “Limites e am-

biguidades da vicinalidade num bairro de Salvador”. O artigo centra-se nas questões referentes à propriedade e ao patrimônio em um bairro de “autoconstrução” formado pela ocupação por seus moradores, localmente chamada de *invasão*. O autor trabalha as ambiguidades e tensões das formas de reciprocidade encontradas, as limitações e os conflitos presentes nas vicinalidades. Por se tratar de um bairro constituído a partir de ocupações, é imprescindível contar com a “consideração” das pessoas com as quais se relaciona em uma área de fronteiras fluidas, isto é, com relações de vicinalidade, para manter-se o “patrimônio”, e também em caso de emergência econômica. O artigo mostra o vínculo entre segurança e vicinalidade, mas também a sua precariedade sempre dependente da gestão do distanciamento e da proximidade entre as pessoas, das relações de mutualidade constitutivas das pessoas e do lugar de vida.

O terceiro artigo da coletânea “O ténue equilíbrio no movimento: a vicinalidade na migração transnacional”, de Simone Frangella, apresenta experiências migrantes de Goiás para Portugal, particularmente Lisboa. A partir de suas trajetórias, o artigo analisa como as relações de mutualidade alimentam vicinalidades na mobilidade migratória. Especial atenção é dada às formas de coabitação entre migrantes transnacionais, à importância de lealdades muitas vezes firmadas ainda no local da partida, e como elas são negociadas e transformadas com o tempo. Observa-se como a coabitação nesses casos envolve “relações de cuidado, de investimento e obrigações econômicas e afetivas”, que atravessam temporalidades diversas “desde a decisão para migrar até a chegada e permanência no lugar de destino, todas estas escolhas são constituídas através de um sistema de relações”. Uma vez mais é a noção de vicinalidade que vai possibilitar entender este sistema de relações.

Com “Vigiar e narrar: sobre formas de observação, narração e julgamento de movimentações e associações”, de John Comerford, seguimos com experiências etnográficas que vêm demonstrar a fecundidade heu-

rística da noção de vicinalidade. O foco da análise deste artigo é a criação e “recriação narrativa e crítica moral dos movimentos próprios e alheios” de moradores de duas regiões rurais de Minas Gerais. O autor observa que nessas regiões as relações entre pessoas e/ou famílias são marcadas por tensão e muitas vezes por hostilidade, de modo que observar atentamente deslocamentos e atividades alheias muitas vezes é entendido como *vigiar*. O artigo mostra como as várias formas de observação produzem um “senso de orientação nas relações sociais” e como “esse conhecimento produzido e permanentemente modificado, tem uma dimensão territorial ao associar sistematicamente, nas narrativas, certos lugares a certas pessoas ou a certos nomes de família”. Através de várias situações etnográficas o autor demonstra a importância central das casas, constatando que nas vicinalidades constituídas são as relações entre as casas, próximas e distantes geograficamente, que conferem a elas existência.

O artigo de Emília Pietrafesa de Godoi, “Mobilidades, encantamentos e pertença: o mundo ainda está rogando, porque ainda não acabou”, vem fechar este dossiê. Neste artigo a autora toma para análise as relações estabelecidas em vários níveis entre pessoas e casas de três povoados no Meio-Norte do Brasil, no estado do Maranhão. Essas relações formam vicinalidades que se espriam para além dos povoados, chegando a São Luís e a São Paulo, onde as casas são praticamente extensões de uma “casa fundadora” ou “agregadora” presente no lugar de partida. Aspectos fundamentais da coabitação, como a “criação” dos filhos de filhas ou de irmãs mais novas, que incidem na constituição da pessoa, fazem com que as relações entre os vários lugares de vida não se desarticulem, mesmo quando se afrouxam. O que está em pauta é que tanto as relações entre pessoas, como entre casas e lugares de vida, são relações de constituição mútua. E, a lembrar disso, estão os encantados evocando uma ética que rege as relações entre pessoas e também entre estas e determinados lugares. A autora mostra que os encantados não só exortam por meio de

sua ação sobre aquele que infringir uma ética de relações, mas também intercedem através dos rituais de cura para que os efeitos de rupturas e conflitos, que vão do rumor ao feitiço, sejam tratados.

Com este dossiê, esperamos contribuir para o adensamento do debate sobre temas e problemas desde cedo muito caros à antropologia e que concernem processos de constituição de pessoas, parentesco e família, bem como questões correlatas como *casa* e fenômenos identitários da vida pessoal e familiar.

Notas

- ¹ Ao longo da última década foram desenvolvidos dois projetos internacionais envolvendo pesquisadores do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS) e do Departamento de Antropologia da Unicamp. O primeiro deles, “Nomes e Cores: pessoa e complexidade identitária na Bahia”, envolveu, além de antropólogos das instituições mencionadas, pesquisadores do Cebrap e da USP. O segundo projeto, “A trama territorial: pertença, mobilidade e trabalho no Brasil contemporâneo”, foi concluído em 2013 com o Simpósio Habitar o Mundo realizado na Unicamp. Ambos os projetos estiveram sob a coordenação geral do Professor João de Pina-Cabral.
- ² Este desafio foi colocado aos participantes do Simpósio Internacional Habitar o Mundo organizado por Emília Pietrafesa de Godoi e João de Pina-Cabral com apoio da Fundação Ciência e Tecnologia (FCT, Portugal) e do CNPq (Brasil), e realizado entre os dias 08 e 11 de maio de 2013 no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.
- ³ Perigo sempre no horizonte daqueles que se inspiram nas poucas, mas sugestivas notas que Lévi-Strauss nos legou sobre *maison* (Carsten e Hugh-Jones, 1995).
- ⁴ Por “constituição” ou “constitutivo”, neste contexto, queremos referir-nos ao processo de entrada em existência de uma entidade, a sua hipostatização. Não está em causa a generalização cósmica da semiótica, como pretende Eduardo Kohn (2013), mas sim a recusa da dicotomia ontológica entre o mental/espiritual e o físico/material.

Referências bibliográficas

BESTARD CAMPS, Joan

2014 “À volta do parentesco: Joan Bestard Camps em conversa com João de Pina-Cabral”. *Revista de Antropologia*, 57, 1.

CARSTEN, Janet & HUGH-JONES, Stephen

1995 *About the House: Lévi-Strauss and Beyond*. Cambridge, CUP.

DUARTE, Luiz Fernando Dias & GOMES, Edlaine Campos

2008 *Três famílias: identidades e trajetórias nas classes populares*. Rio de Janeiro, FGV.

GOODY, Jack

1983 *The development of the family and marriage in Europe*. Cambridge, CUP.

INGOLD, Tim

1995 “Building, dwelling, living: how animals and people make themselves at home in the world”. In STRATHERN, M. (ed.), *Shifting contexts: transformations in anthropological knowledge*. London, Routledge, ASA Conference, pp. 57-80.

KOHN, Eduardo

2013 *How Forests Think: Toward and Anthropology beyond the Human*. Berkeley, University of California Press.

LÉVY-BRUHL, Lucien

1949 *Carnets*. (Bruno Karsenti, org.). Paris, PUF.

MARRIOTT, McKim

1976 “Hindu Transactions”. In KAPFERER, Bruce (ed.), *Transactions and Meaning: directions in the anthropology of exchange and symbolic behavior*. Londres, Institute for the Study of Human Issues, pp.109-142.

NEEDHAM, Rodney (ed.)

1971 *Rethinking Kinship and Marriage*. London, Taylor & Francis, ASA Monographs.

PINA-CABRAL, João de

1989 “L’Héritage de Maine: L’érosion des catégories d’analyse dans l’étude des phénomènes familiaux en Europe”. *Ethnologie Française*, 19: 329-340.

- 1991 *Os contextos da antropologia*. Lisboa, Difel.
- 2013 “The two faces of mutuality: contemporary themes in anthropology”. *Anthropological Quarterly*, 86, 1: 257-274.
- PINA-CABRAL, João de & SILVA, Vanda Aparecida da
2013 *Gente Livre: Consideração e Pessoa no Biáxo Sul da Bahia*. São Paulo, Terceiro Nome.
- SAHLINS, Marshall
2011 “What Kinship Is (Part One)” *Journal of the Royal Anthropological Institute*, 17, 1: 2-19.
- STRATHERN, Marilyn
1988 *The gender of the gift*. Berkeley, University of California Press.
- TOREN, Christina
1990 *Making sense of history: cognition as social process in Fiji*. London, Athlone.